


OBJETO DE ESTUDO OU SUJEITO DE DIÁLOGO? A EPISTEMOLOGIA FAVELA- PESQUISADOR

 10.5935/2177-6644.20220013

OBJECT OF STUDY OR SUBJECT OF
DIALOGUE? THE FAVELA-RESEARCHER
EPISTEMOLOGY

¿OBJETO INVESTIGADO O SUJEITO DE
DIÁLOGO? EPISTEMOLOGÍA FAVELA-
INVESTIGADOR

Guilherme Rocha Formicki *

 <https://orcid.org/0000-0002-2611-7181>

Resumo: Este ensaio visa desconstruir a relação epistemológica tradicional entre o “outro” da favela e o “eu” pesquisador. Propõe-se um exercício em que o objeto de estudo da favela se torna sujeito de diálogo com o pesquisador do asfalto. Espera-se que os pontos trazidos sirvam de baliza para acadêmicos treinados em escolas eurocêntricas e para gestores habituados às práticas normativas do Estado.


Palavras-chave: Crítica Decolonial. Pensamento Contra-hegemônico. Epistemologia. Favela. Pesquisa.

Abstract: This piece aims at deconstructing the traditional epistemological relationship between the researcher and the “other” from favelas. The reader is here invited to an exercise in which the favela resident turns from object of study into subject of dialogue with the researcher. The article may help scholars trained by Eurocentric schools and public officials used to enforcing normative practices.

Key-words: Decolonial Critique. Counter-hegemonic thinking. Epistemology. Favela. Research.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo desconstruir la relación epistemológica tradicional entre el investigador y el “otro” de la favela. Se propone que el objeto de estudio de favelas se convierta en sujeto de diálogo con el investigador de afuera. Los puntos planteados pueden guiar académicos graduados en escuelas eurocéntricas y directivos acostumbrados a las prácticas normativas del Estado.

Palabras-clave: Crítica Decolonial. Pensamiento Contrahegemónico. Epistemología. Favelas. Búsqueda.

* Doutorando em Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).  <http://lattes.cnpq.br/8385132789124586> - E-mail: guiformicki@gmail.com.

Antes da partida

O aluno de pós-graduação que nunca viveu uma crise que levante a mão. Comigo, a angústia veio já no primeiro ano do doutoramento e desencadeou uma onda profunda de questionamentos sobre a minha legitimidade enquanto pesquisador.

O meu tema de estudo no doutorado é o empreendedorismo social nas favelas de São Paulo¹. Ora, não sou empreendedor social e também não nasci nem vivi em uma favela. Por mais que eu tenha conexões com o tema (como detalharei abaixo), passei a me perguntar se me cabia falar sobre e pelo morador da favela que vive e que trabalha de um modo tão distinto do meu.

Os meus questionamentos ganharam uma nova camada com a disciplina *Planejamento Territorial Contra-hegemônico: Teorias e Práticas (Descolonizadoras)*², em que me deparei com a discussão epistemológica sobre a colonização e a descolonização do pensamento na América Latina. Ficou-me claro que eu não deveria nem poderia falar em nome do empreendedor da favela; eu precisaria na realidade enxergar o meu doutorado como uma tentativa de estabelecer um diálogo com o “outro”, ou, como eu até então concebia, com o meu objeto de estudo.

A reflexão posta acima, presente ao longo deste trabalho, tem como um dos seus pontos centrais a ideia de que a autoridade sobre o conhecimento no mundo, monopolizada até o século XVIII pela teologia cristã, está hoje nas mãos da ciência moderna, construção do Ocidente que passou a determinar o “privilégio epistêmico dos homens ocidentais” (GROSSFOGUEL, 2016, p. 25) sobre outros povos. Segundo Ramón Grossfoguel (2016, p. 30),

a divisão de ‘sujeito-objeto’, a ‘objetividade’ – entendida como ‘neutralidade’ –, o mito de um ‘Ego’ que produz conhecimento ‘imparcial’, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas.

Este texto busca questionar a divisão sujeito-objeto mencionada no trecho acima, aqui transportada para a relação pesquisador-favela. Trago para este fim uma reflexão em primeira pessoa a partir das minhas experiências acadêmicas e profissionais e da visão de mundo que construí com base neste histórico. A questão central que trago nestes escritos é o pensar sobre

¹ Venho estudando desde a graduação a produção do espaço urbano a partir das favelas de São Paulo. Durante o mestrado, fiz uma análise comparativa da urbanização da Favela Real Parque, financiada pela Operação Urbana Consorciada Faria Lima, e da urbanização do Sapé, que não entrou na alçada de uma operação urbana. Atualmente, estou pesquisando como se dá a produção do espaço nas favelas da capital paulista a partir da influência do empreendedorismo social.

² Disciplina oferecida no segundo semestre de 2021 por 8 programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo de universidades brasileiras, dentre as quais a FAUUSP. Também teve a participação de docentes de universidades estrangeiras. Este ensaio é uma adaptação do trabalho final que submeti ao curso.

relações possíveis entre o “outro” da favela e o “eu” pesquisador. Conduzo aqui um diálogo com uma literatura descolonizadora e com autores que me educaram no campo do Planejamento Urbano. Também miro as minhas vivências enquanto homem branco de classe média, do asfalto³ e estudante de uma universidade pública e de elite no Brasil. Resumidamente, defino-me aqui como “estudante-de-classe-média”, em oposição ao “outro-que-emprende-na-favela”, ou, simples e provisoriamente, ao “outro”.

Neste ensaio, busco subverter a lógica investigador-investigado e fazer de mim, pesquisador, o objeto de análise. Ao invés de tentar entender quem é o outro que investigo, meu objetivo é compreender quem eu sou a partir do outro, que passa a ganhar feições claras não de objeto de estudo e nem de sujeito de estudo propriamente, mas de sujeito de diálogo e de balizador da minha autoanálise. Acredito que minhas reflexões possam falar não apenas por mim, mas também por tantos outros pesquisadores e profissionais do Planejamento Urbano que se questionam sobre seus lugares de fala e sobre seus papéis possíveis na pesquisa acadêmica.

A maneira que encontro para acalmar as minhas inquietações neste ensaio é a adoção de uma visão perspectivista adaptada ao contexto da cidade dividida entre favela e asfalto, periferia e centro, informal e formal etc. Tomo emprestado da Antropologia e dos Estudos Descoloniais⁴ as lentes que problematizam realidades e que questionam e invertem lógicas hegemônicas. A ideia de que o estudante-de-classe-média sustenta uma visão reinante sobre a do morador da favela precisa ser subvertida e é o que tento fazer sem abandonar o meu lugar de fala.

Convido o leitor a se debruçar aqui sobre ideias e conceitos das Ciências Sociais ligadas aos pensamentos técnico e científico ocidentais que certamente moldaram e ainda moldam as trajetórias de inúmeros estudantes e profissionais no Brasil. Em seguida, explico o meu ponto de partida e narro o meu percurso decorrente nesta trajetória que me leva pensar como eu me alicercei ao longo dos anos. Sigo então para as reflexões que julgo serem centrais neste ensaio e no meu percurso. Por fim, encerro com reflexões e provocações finais, porém nunca definitivas.

Ferramentas de análise

A ciência eurocentrada enfim começou a trilhar um caminho (auto)crítico no que se refere às formas de enxergar a epistemologia por ela alimentada e normatizada. Com raízes em pensadores ocidentais e do Oriente, como Frantz Fanon, Edward Said, Gayatri Chakrabarty Spivak, Partha

³ Por “asfalto”, refiro-me à cidade que não é nem favela nem parte da periferia urbana em seu sentido sociológico.

⁴ Neste ensaio, uso os termos como “descolonizador”, “descolonial” e “decolonial” alternadamente, porém reconhecendo que não são sinônimos.

Chatterjee, Hommi Bhabba, e Dipesh Chakrabarty, os estudos descolonizadores ou decoloniais ganharam destaque com autores latino-americanos e latino-americanistas, dentre os quais vale mencionar Agustín Laó-Montes, Aníbal Quijano e Enrique Dussel. Em linhas gerais, os pensadores descoloniais associam a modernidade ao colonialismo e à hegemonia do poder, do saber e do ser apoiada no eurocentrismo (BALLESTRIN, 2013; LAÓ-MONTES, VÁSQUEZ, 2018; QUIJANO, 2005).

Uma das propostas do pensamento descolonizador ou contra-hegemônico é a prática do que Agustín Laó-Montes chama de *doble crítica*, isto é, de um questionamento que desconstrói contradições internas — como os modelos hegemônicos são construídos — e que ao mesmo tempo se traduz em uma crítica social ou externa — como estes modelos são trazidos à periferia do pensamento e como são nela incorporados. Na prática, realizar a *doble crítica* é uma forma de se impulsionar a descolonização e a liberação do pensamento hegemônico eurocentrado (LAÓ-MONTES; VÁSQUEZ, 2018).

Philippe Descola (2006, p. 22) propõe a discussão entre natureza e cultura sob uma ótica (auto)crítica do ponto de vista do ser humano, que, nas palavras do antropólogo francês, preside uma situação em que “para que se possa falar de natureza, é preciso que o homem tome distância do meio ambiente no qual está mergulhado, é preciso que se sinta exterior e superior ao mundo que o cerca”. Descola (2006) provoca: a perspectiva que o homem europeu “civilizado” tem do “outro” (em geral o ameríndio ou algum outro povo autóctone não ocidental) pode encontrar nexos e equivalência na visão que o “selvagem” tem do europeu.

Viveiros de Castro (2010, p. 20) propõe para as Ciências Humanas uma leitura do “outro” que convém a este ensaio. O perspectivismo, ou seja, a ideia de que cada espécie vê o mundo a seu modo e de forma distinta, é posto de forma a subverter a perspectiva humana e ocidental. Para ele, não é absurdo imaginar que “os animais se veem como gente. Todos se veem como gente, mas isso não significa que eles nos vejam como gente, a nós, humanos. Cada espécie só vê a si como gente e não as outras, coisa que podemos, aliás, comprovar nós mesmos”. O autor propõe um questionamento que, mesmo não sendo a *doble crítica* de Laó-Montes, dialoga com a proposta dele e de tantos outros acadêmicos de se descolonizar o pensamento e o saber:

A arte da Antropologia – e eu ousaria dizer a arte das Ciências Humanas, ou o que torna as Ciências Humanas uma arte – é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa. Porque nós não podemos ter a pretensão ridícula de imaginar que todas as culturas estejam preocupadas com os nossos problemas e que existam, sobretudo, para resolvê-los (CASTRO, 2005, p. 18-19).

A escolha da *doble crítica* enquanto ferramenta de análise assinala mais que uma vontade de apaziguar minhas inquietações. Busco construir em solo firme as fundações e estruturas que me sustentarão enquanto pesquisador, observador e narrador do “outro”. Como parte de meu posicionamento pessoal, espero também contribuir com novas construções epistêmicas ou ao menos ajudar a desconstruir parte da epistemologia ainda reinante.

Ponto de partida e percurso

Meu ponto de partida

Este é o momento em que volto ao meu percurso autocrítico. Criei-me no asfalto, em um bairro de classe média em São Paulo, uma cidade com mais de 10 milhões de trajetórias desiguais e descompassadas.

Após ingressar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 2011, comecei a me deparar com uma diversidade de narrativas, a maioria das quais eu até então desconhecia. Passei a estagiar na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (SEHAB), onde, entre 2014 e 2016, ajudei a implementar projetos de urbanização de favelas em assentamentos como Paraisópolis, Sapé e Real Parque. Fui guiado por colegas com um senso incomensurável de justiça social e de urgência sobre o trabalho que nos era encarregado. Contudo, reconheço que nós, enquanto gestores públicos, representávamos e aplicávamos uma visão normativa da gestão do território.

A começar pela forma de apropriação do território das favelas. “Urbanizar” significa consolidar um espaço precário e de população vulnerável, via a implementação de um plano estatal para transformar o território popular em uma cidade à luz da formalidade e das leis amparadas pelo próprio Estado. Naturalmente, é preciso trazer aos assentamentos precários equipamentos e serviços públicos, moradia digna, condições melhores de acessibilidade e de mobilidade etc. Mas, hoje, reflito sobre qual é o grau de autodeterminação que os moradores das favelas urbanizadas têm no planejamento e na gestão das intervenções em seus territórios⁵.

Enquanto me tornava uma espécie de agente estatal nas favelas, eu também fazia pesquisa acadêmica nestes territórios. Em que pese o senso crítico dos professores e colegas pesquisadores

⁵ Para ilustrar: como parte do processo de urbanização de favelas, a Prefeitura de São Paulo realiza reuniões de Conselho Gestor entre técnicos e moradores dos assentamentos alvo da intervenção. Embora em tese devam permitir discussões entre a comunidade e gestores sobre como deverão ser feitos o projeto e o plano de urbanização, na prática, as reuniões muitas vezes não oferecem espaço para que os moradores tomem decisões. Em geral, o Conselho Gestor serve mais como meio de se apresentar à comunidade um desenho previamente elaborado pelos escritórios de arquitetura contratados.

ao meu lado, todos nós nos apoiamos — ainda que inconscientemente — em um aprendizado guiado pela Academia e pelas Ciências, que, como já mencionado, partem da episteme ocidental ou hegemônica. Não é exagero dizer que o projeto de poder e modernidade levado a cabo pelo Ocidente foi condicionado pela construção e pelo uso do saber, que deu insumos para o Estado forjar e controlar o “outro” — seja ele o ameríndio dos tempos de Colombo ou o cidadão que habitava o interior das recém-formadas nações europeias nos séculos XV e XVI. Destaca-se nesse contexto a manipulação das Ciências Sociais, sem as quais “o Estado moderno não teria a capacidade de exercer controle sobre a vida das pessoas, definir metas coletivas de largo e de curto prazos, nem de construir e atribuir aos cidadãos uma ‘identidade’ cultural” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 88).

Com ou sem esta noção, fiz o meu Trabalho Final de Graduação em 2016 e concluí o mestrado em 2019, tendo eu em ambos focado na urbanização de favelas em São Paulo.

Minha crítica interna

Como tratado acima de modo provisório, a *doble crítica* me leva a questionar em primeiro lugar a epistemologia hegemônica que guia as minhas premissas científicas. Como se construíram os modelos eurocêntricos das Ciências Sociais?

Começo então a questionar no doutorado o meu lugar de fala na relação com o morador das favelas. Como mencionado, ainda em 2021 — meu primeiro ano — cursei a disciplina *Planejamento Territorial Contra-hegemônico: Teorias e Práticas (Descolonizadoras)*, que me despertou a inquietação que trago neste ensaio. Ao mesmo tempo, muni-me de referências epistemológicas marcantes, como a *doble crítica* trazida por Agustín Laó-Montes e como o perspectivismo defendido por Viveiros de Castro.

O saber científico é notadamente construído a partir de uma visão ocidental que coloca o homem europeu na posição de sujeito investigador e detentor do poder de julgar os demais povos. A Antropologia ilustra a maneira universalista como o sujeito ocidental enxerga os seus problemas e como aplica a sua visão de mundo. Descola (2006, p. 37-38) aponta o que considero o cerne desta visão eurocêntrica. Para ele, historicamente “a antropologia não existe fora da Europa”, tendo sido instituída pelo europeu enquanto Ciência a partir da perspectiva de que os outros povos, “primitivos”, eram “pouco evoluídos” e, portanto, inferiores ao europeu.

A Geografia é outra construção epistemológica ocidental que mune o europeu de ferramentas de investigação e, neste caso, também da capacidade de aplicar o conhecimento em prol

dos seus projetos de dominação⁶. Lacoste (1935) sustenta que a Geografia ajuda a fazer a guerra e a construir o empreendimento colonizador. Avançando no tempo, Rogério Haesbaert (2018, p. 270) transplanta a figura simbólica do dominador do europeu de séculos passados para os agentes estatais e hegemônicos contemporâneos na América Latina. O geógrafo explica o território como espaço normativo do poder hegemônico estatal e chama a atenção para os processos de territorialização e desterritorialização. A Geografia define o primeiro fenômeno como uma forma de apropriação do território, visto como uma categoria de análise construída em meio a uma realidade “profundamente marcada por políticas estatais e movimentos populares com forte compromisso ‘territorial’”. Haesbaert (2018, p. 278) explica a desterritorialização a partir de uma visão latino-americana de “precarização territorial e [...] instabilidade socioespacial” e associada à “‘perda de controle’ sobre o espaço ou à precarização social dos grupos subalternos”.

No campo do Planejamento Urbano e dos Estudos Urbanos, o saber tradicional em geral enxerga a favela e outros tipos de assentamentos informais no mundo de maneira dicotomizada: por um lado, eles são o *locus* da falta, da miséria, da violência e da crise; por outro, são a epítome romantizada da autogestão, da inventividade e do heroísmo (PERLMAN, 2020; ROY, 2005). Organismos multilaterais e organizações internacionais do terceiro setor têm publicado relatórios por vezes catastróficos sobre o “desafio das favelas” e de outros territórios informais, que, segundo consta, crescem em velocidades surpreendentes, carecem de empregos, de formação educacional e profissional, de moradia digna e de resiliência a problemas ambientais (UN-HABITAT, 2003).

Na literatura brasileira, outras perspectivas sobre favelas e periferias, entendidas como territórios diversos e heterogêneos, têm felizmente ganhado destaque no trabalho de pesquisadores como Tiarajú D’Andrea (2020), Gabriel Feltran (2012) e Maria da Glória Gohn (2020). A partir do estudo da produção cultural nas periferias de São Paulo, o primeiro autor foca na subjetividade que emerge deste território, tido como fonte de potência — constituindo-se, assim, em uma oposição à imagem de pobreza e violência sustentada pelo asfalto. Feltran, por sua vez, mergulha na etnografia urbana sobre bandido e trabalhador de favelas e bairros periféricos paulistanos. Sua perspectiva foge da dicotomia tradicional e se fundamenta em uma leitura das transformações sociais e espaciais nesses lugares ao longo das últimas décadas. No artigo citado, Gohn não aborda diretamente as favelas e periferias, mas debate as possibilidades de participação social e as

⁶ As Ciências Humanas como um todo remetem a um projeto de poder. Roberto Machado, ao descrever a trajetória intelectual de Michel Foucault, aponta para um argumento importante na obra do filósofo francês: “Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber” (MACHADO, 1984, p. 21). Para Foucault, o conhecimento não é neutro. E as Ciências Humanas teriam surgido justamente como apoio — nunca imparcial — na constituição de redes de poder.

condições de cidadania na luta pela redução das desigualdades vistas nesses territórios. Aqui, o favelado e o residente periférico podem ser vistos como verdadeiros sujeitos sociais.

As ideias de potência do sujeito das favelas e das periferias estão presentes também nas produções de autores que tratam da Administração e da Economia, em especial do potencial de consumo e de crescimento do empreendedorismo nas quebradas (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014). Vale frisar que, para este último grupo, os territórios populares são retratados a partir do discurso de inclusão desses sujeitos à cadeia de produção e consumo capitalistas.

Alguns dos autores citados acima vêm de territórios populares; outros escrevem de um lugar de fala externo. Eu me encaixo no segundo grupo.

Minha crítica externa

Em segundo lugar, a *doblo crítica* me faz questionar como passei a transitar entre os modelos hegemônicos. Como mencionado acima, a Ciência é uma construção ocidental que, portanto, parte de uma visão eurocêntrica do pensamento⁷. Para muitos autores, o Planejamento Urbano nasce como ferramenta de administração e transformação do território nos moldes das necessidades do capital. Um dos marcos iniciais desta ferramenta de transformação do urbano é o Renascimento, época em que, com o advento dos estados-nação europeus, surge um corpo de técnicos a serviço do Estado que propõe intervenções embelezadoras em fragmentos de cidades.

O propósito burocrático do Planejamento consolida-se na segunda metade do século XIX a partir da perspectiva de técnicos a serviço da construção de uma cidade industrial mais eficiente. O conhecimento sobre o urbano e sobre técnicas que o transformassem foi desde o início aplicado em planos e projetos guiados sob uma premissa básica: as cidades europeias precisam se reorganizar em função das fábricas, da necessidade de acomodarem os operários — que chegam em grande número do campo — e de facilitar a circulação dos trabalhadores e das mercadorias. Acresce que cidades redesenhadas com amplos *boulevards* facilitam o controle estatal sobre levantes urbanos organizados pelas classes menos abastadas e descontentes. O problema que o Planejamento Urbano se propunha a solucionar era, em suma, o do europeu burguês, que já mandava nas cidades e a cujo serviço estavam as máquinas burocráticas dos Estados Nacionais.

O Planejamento modernista, com raízes na mesma Europa industrial e com forte aderência no Brasil do século XX, segue concebendo cidades eficientes, agora com um forte toque racionalista. Faculdades brasileiras como a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

⁷ Vale ressaltar pesquisadores das diferentes ciências têm comandado esforços (auto)críticos à herança colonial e têm instigado movimentos de matiz decolonial dentro de seus campos. Um exemplo desses movimentos é este ensaio.

(EPUSP) e, posteriormente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP) da mesma universidade, propagam daí em diante os ideais iniciados no pensamento europeu.

Os cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e no resto da América Latina, a propósito, têm sido alvo de debates sobre sua restrita pluralidade e sobre sua forte subjetividade colonizadora. Atualmente, o currículo de muitas universidades não destaca o ensino de tecnologias e práticas construtivas referendadas pelo saber ancestral e empírico das comunidades tradicionais afastadas dos grandes centros urbanos e historicamente excluídas do projeto de poder colonizador. No campo do Planejamento Urbano e da Habitação, a propagação de uma lógica industrial de produção do espaço confere soluções pouco emancipatórias para o morador de assentamentos precários autoconstruídos (MOASSAB; CUNHA, 2019).

Na FAUUSP, professores memoráveis transmitiram para seus alunos o conhecimento de raiz modernista não exatamente como ele surgira na Europa, mas, como era de se esperar, reinterpretaram-no com base nas necessidades da realidade brasileira. Estes pesquisadores foram extremamente críticos sob o ponto de vista do olhar para a nossa industrialização peculiarmente tardia e de efeitos acumuladores para a burguesia e espoliativos para os operários (DEÁK, 2000; MARICATO, 2015; VILLAÇA, 1998). Em outros campos das Ciências Sociais, o sociólogo Lúcio Kowarick, do Departamento de Sociologia da mesma universidade, cunha o famoso conceito da espoliação urbana, que, em linhas gerais, aplica-se aos trabalhadores industriais de grandes cidades brasileiras dos anos 1970. Segundo o autor, estes trabalhadores foram privados de uma renda confortável, de moradia digna, de serviços urbanos eficientes e, em suma, do seu direito de exercer a cidadania (KOWARICK, 1979; 2000).

Em que pesem os trabalhos de acadêmicos como os citados e da gestão de seus alunos em órgãos públicos, o sujeito das favelas e periferias viu linhas e palavras dos planos e projetos se transformarem em intervenções de urbanização que carecem de acompanhamento pós-ocupação e de manutenção. O mesmo sujeito testemunhou ações de remoções a serviço de um desenvolvimento urbano excludente e se viu realocado para áreas remotas e sem urbanidade (BUENO, 2000; BONDUKI, 1998; ZUQUIM, 2012). Em especial no caso das remoções de favelas e, posteriormente, das ocupações das favelas sob um Estado militarizado — vide as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro pré-olímpico — o Planejamento Urbano consolida-se como ferramenta de desterritorialização e reterritorialização sob a égide de um saber técnico impositivo e de raiz colonialista (HAESBAERT, 2018). Paralelamente, as leis de zoneamento se constituem como invenções de técnicos que estabelecem os usos da propriedade privada com lentes que

enxergam o legal-que-se-adequa-ao-mercado-imobiliário e o ilegal-que-foge-da-norma-burguesa. Mais uma vez, o Estado planeja a serviço de interesses privados (ROLNIK, 2015).

Os processos mencionados foram transplantados pela elite acadêmica e técnica para as favelas e periferias, que, como explicado acima, ficaram às margens da construção do saber sobre o urbano e das decisões que o moldaram.

Eu fui fruto da herança da Universidade de São Paulo e do aparato técnico de quadros da Prefeitura de São Paulo. Embora esteja inserida no arcabouço elitista explicado acima, a USP, vale dizer, vem buscando mudar esta realidade. Prova disso é que, em 2021, ofereceu o curso que me fez justamente questionar as minhas raízes colonialistas. Além disso, unidades da universidade recentemente começaram a implementar ações afirmativas⁸ que visam a reparar erros históricos que dificultaram o ingresso de, dentre vários grupos, moradores dos territórios populares.

A perspectiva de troca

Em meio a conversas acumuladas ao longo dos anos com lideranças e moradores de favelas e periferias paulistanas, com colegas de graduação e de pós-graduação, com professores e com gestores públicos, ficou-me claro que existem diferentes formas de entendimento e de narração da realidade nos territórios populares. Ao falar sobre o empreendedorismo, o DJ Bola, da Articuladora NIP (aceleradora de negócios de impacto baseada no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo) explica:

Na periferia, as narrativas e a linguagem têm que ser outras. O empreendedorismo fora da quebrada é exploração capitalista. E, na periferia, potencializou a nossa luta e o nosso ativismo por meio de microrrevoluções. O dinheiro [no empreendedorismo das quebradas] não é o fim; é parte do processo (DJ Bola, 4º FNIP. In: FORMICKI, 2021.).

Os sujeitos periféricos contam a mim, pesquisador do asfalto, histórias das quais eles são os protagonistas. A perspectiva destes sujeitos me é central — quem é periferia e quem é centro agora? — e, embora seja sempre heterogênea e nem sempre consensual nos mais diversos temas, ela perpassa as narrativas que eu escuto e com as quais busco dialogar.

Enquanto investigador, eu não posso me tornar “o outro” e demandar que o sujeito que estou pesquisando assuma a minha função. Ao tratar das diferentes maneiras como o historiador pode se posicionar frente aos objetos de estudo no passado, Sabina Loriga (2012) convida à reflexão:

⁸ A partir de 2017, a universidade aderiu ao SISU (Sistema de Seleção Unificada). As unidades que optaram pela adesão passaram a admitir alunos que prestassem o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), disponibilizando vagas exclusivas a estudantes que haviam concluído integralmente o ensino médio em escolas públicas, a egressos do ensino médio público autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e para a ampla concorrência.

“podemos pensar da mesma forma em que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele?” Proponho uma reflexão não exatamente análoga, mas igualmente pertinente: pode o pesquisador das favelas pensar da mesma maneira que o favelado? Pode o pesquisador se tornar seu conterrâneo, absorvendo as experiências e os valores dos territórios populares?

Evidentemente não. Os abismos sociais entre mim, pesquisador, e o favelado são em muitos casos intransponíveis. Ainda mais quando consideramos não apenas os estigmas territoriais, mas também as diferenças entre o homem-branco-de-classe-média-que-frequentou-boas-escolas e o “outro”, que pode contrastar comigo a cada palavra. Esses marcadores de diferença, contudo, não me impedem de tentar dialogar e trocar experiências com o morador da favela.

Existem diferentes formas de realizar pesquisa qualitativa, dentre as quais o nível de imersão do pesquisador no ambiente investigado varia enormemente. Pela minha vivência, é preciso mais do que apenas escutar e reproduzir a fala dos entrevistados e observados. Eu, que de maneira alguma encontrei o caminho ideal para estabelecer estas trocas, arrisco-me a dizer, contudo, que precisamos oferecer um ao outro um pouco da nossa vivência e do nosso conhecimento. Assim, construímos narrativas diferentes, mas que comungam de fatos em comum e de uma certa cumplicidade.

Por exemplo: em um grupo de pesquisa do qual recentemente participei, a investigação dos sujeitos periféricos foi feita com uma troca: o nosso grupo entrevistou as lideranças de favelas e delas obtive as informações úteis à investigação e, em troca, oferecemos-lhes espaços de fala em nossos canais de comunicação, como em um Webinar realizado no YouTube⁹. Além disso, comprometemo-nos a enviar-lhes uma devolutiva antes da publicação de nosso produto final, que foi uma cartilha popular.

Mas isto ainda não é o suficiente. É necessário que o pesquisador ofereça sua honestidade acadêmica aos sujeitos de diálogo na pesquisa, deixando claro aquilo de que precisa e para qual fim, além de como pode retribuir.

Recordo-me que, durante a graduação, a minha turma propôs em uma disciplina diretrizes urbanísticas para moradores de bairros da periferia da Zona Oeste de São Paulo. Em um sábado de manhã, reunimo-nos com representantes dos moradores, que ouviram as nossas propostas e opinaram. Ao explicarmos as nossas ideias de redesenho de linhas de ônibus, de implementação de escolas, creches e parques, senti que criamos expectativas nos moradores que nós, alunos de graduação, não poderíamos concretizar. Embora a escuta tenha sido essencial para nós e, embora os

⁹ Para mais informações, consultar <https://www.youtube.com/watch?v=G6NTIE_A0jc>.

professores tenham sido claros com as lideranças sobre os nossos limites enquanto estudantes, sinto que a comunidade esperava algo mais em troca. Como evitar situações assim?

Aquilo que prometemos e aquilo que representamos está ligado a maneiras distintas de enxergarmos os fatos e de construirmos narrativas. Em novembro de 2016, participei com colegas da SEHAB do *II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (UrbFavelas)*. Nossa equipe apresentou um artigo e participou de um debate com outros técnicos e com lideranças de favelas do Rio de Janeiro. Naquele dia, sentimos uma certa hostilidade por parte de algumas lideranças. Uma delas nos acusou de sermos agentes das remoções, que serviam a uma agenda que desconsiderava o morador das favelas. Uma colega então explicou que, ao menos em São Paulo, as remoções em favelas, embora ainda ocorressem em alguns casos, aconteciam em menor número quando em comparação às décadas anteriores. Além disso, lembro-me que ela explicou que, enquanto funcionária pública, se fosse encarregada de realizar alguma ação que atentasse à ética dos moradores das favelas sob sua alçada, ela se negaria a ir em frente.

Na volta do local de conferência, nós nos perguntamos o que havia acontecido. Provavelmente, aquelas lideranças que nos haviam interpelado desconfiavam da ação estatal e, com base na vivência ao longo dos anos, aprenderam a temer e a enfrentar os sujeitos a serviço do Estado, tido como opressor. Para os moradores participantes da conferência, nós provavelmente simbolizávamos o Estado normatizador e controlador dos territórios populares. Possivelmente, éramos ainda os arquitetos-que-detêm-conhecimento-técnico, ou os agentes-que-acham-que-sabem-mais-e-que-impõem-sua-visão. Independentemente de como nós nos enxergássemos e de como enxergássemos o nosso trabalho, a perspectiva do “outro” da favela, que então se tornara sujeito de diálogo (ou, ao menos, de embate), estava posta e traduzia narrativas que nós, técnicos, não podíamos contar da mesma maneira.

Os aprendizados que vêm das trocas nos encorajam, entretanto, a tentar enxergar a realidade a partir do outro. Evidentemente, nunca conseguiremos fazê-lo por completo. Mas é preciso nos aproximarmos de pontos ideais de troca e de diálogo.

Comentários finais

Para que o diálogo proposto não se torne um monólogo, deve haver trocas entre os interlocutores. Eu, pesquisador-do-asfalto, tenho hoje maior consciência de que é possível estudar o território de outros sujeitos de uma maneira não predatória. Admito que ainda não cheguei a uma

posição ideal de troca com o sujeito-da-favela, mas espero me aperfeiçoar ao longo do doutorado e da minha vida acadêmica.

A necessidade de entender como se construíram os meus contextos acadêmico e profissional e a busca pela crítica à maneira como eu internalizei e reproduzi o que vivenciei são prementes. De tudo o que já aprendi, talvez o mais importante neste ponto é a noção fortalecida de que às vezes é preciso desaprendermos para, em seguida, reaprendermos de um modo diferente. Que este esforço não seja em vão.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 44, n. 4, 2010, p. 15-26.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 87-95.

D’ANDREA, Tiarajú. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 01, 2020, p. 19-36.

DEÁK, Csaba. et al. **Verbetes de economia política e urbanismo**. São Paulo: Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, 2002.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2006.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FORMICKI, Guilherme Rocha. **Anotações do 4º Fórum de Negócios de Impacto da Periferia – FNIP**. São Paulo: 2021.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, 2019, p. 63-81.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49.

HAESBAERT, Rogério. De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. In: FRIDMAN, Fania; GENNARI, Luciana Alem; LENCIONI, Sandra (Orgs.). **Políticas públicas e territórios: onze estudos latino-americanos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 267-288.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAÓ-MONTES, Agustín; VÁSQUEZ, Jorge Daniel. Crítica decolonial de la filosofía y doble crítica en clave de Sur. In: MORAÑA, Mabel (Ed.). **Sujeto, decolonización, transmodernidad: debates filosóficos latinoamericanos**. Frankfurt - Madrid: Vervuert Verlagsgesellschaft, 2018. p. 293-344.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Ed. Papirus, 1988.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **História da historiografia**, n. 10, 2012, p. 247-259.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísicas do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 7-23.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: A maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. São Paulo: Editora Gente, 2016.

MOASSAB, Andréia; CUNHA, Gabriel. Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura: Uma proposta a partir da experiência na Unila. **Vitruvius**, 2019.

PERLMAN, Janice. The hill and the asphalt: A 50-year perspective on informality in Rio de Janeiro. In: DI RAIMO, Antonino; LEHMANN, Steffen; MELIS, Alessandro (Eds.). **Informality through Sustainability: Urban Informality Now**. London: Routledge, 2020. p. 237-254.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 120-151.

PROJETO MEGACIDADES; RIOBOOKS. **Potência das periferias - Favelas contra a Covid**, 2021. Youtube. 8 out. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 02, 2005, p. 147-158.

UN-HABITAT; United Nations Human Settlements Programme. **The challenge of slums: global report on human settlements**. UN-Habitat, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde? In: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. UDUFRN, v. 1, 2012.

Recebido em: 02 de março de 2022.

Aprovado em: 29 de março de 2022.